

Uma “suposta” limpeza étnica?^{*}

Na atual visão do autor, a limpeza étnica é uma política bem definida de um determinado grupo de pessoas para sistematicamente eliminar de um dado território o outro grupo, com base à religião ou origem étnica ou nacional. Tal política envolve violência e muito frequentemente está ligada a operações militares. Deve ser cumprida por todos os meios possíveis, desde a discriminação até o extermínio, e acarreta a violação dos direitos humanos e da lei humanitária internacional... A maioria dos métodos de limpeza étnica é grave violação das Convenções de Genebra de 1949 e dos protocolos adicionais de 1977.

Drazen Petrovic,
“Ethnic Cleansing – An Attempt at Methodology”,
European Journal of International Law, 5/3 (1994),
pp. 342-60.

DEFINIÇÕES DE LIMPEZA ÉTNICA

Limpeza étnica é hoje um conceito bem definido. De uma abstração associada quase exclusivamente aos acontecimentos da antiga Iugoslávia, “limpeza étnica” passou a ser definida como um crime contra a humanidade, punível pela lei internacional. O modo específico pelo qual alguns dos generais e políticos sérvios vinham empregando a expressão “limpeza étnica” lembrou os acadêmicos de que já a tinham ouvido antes. Fora usada na Segunda Guerra Mundial pelos nazistas e seus aliados, tais como as milícias croatas na Iugoslávia. Obviamente, as raízes da usurpação coletiva são mais antigas: invasores estrangeiros frequentemente usaram a expressão (ou seus equivalentes) e praticaram o conceito contra populações nativas, desde os tempos bíblicos até o colonialismo.

* Pappé, Ilan. A limpeza étnica da Palestina. São Paulo: Sundermann, 2016. 360p.

A Enciclopédia Hutchinson define limpeza étnica como a expulsão à força com o fim de homogeneizar uma população de etnia mista em determinada região ou território. O propósito da expulsão é causar a evacuação do maior número possível de residentes, por todos os meios à disposição do expulsor, incluindo os não violentos, como ocorreu com os muçulmanos na Croácia, expulsos após o Acordo de Dayton de novembro de 1995.

Essa definição também é aceita pelo Departamento de Estado dos EUA. Seus quadros acrescentam que uma parte da essência da limpeza étnica é a erradicação, por todos os meios disponíveis, da história da região. O método mais comum é aquele de despovoamento sob “um clima que legitime atos de desforra e vingança”. O resultado final de tais atos é o surgimento do problema dos refugiados. O Departamento de Estado observou especialmente o que ocorreu por volta de maio de 1999 no vilarejo de Peck, em Kosovo Ocidental. Peck foi despovoada em 24 horas, um efeito que só poderia ser obtido através de planejamento prévio, seguido de execução sistemática. Houve também massacres esporádicos, pensados para acelerar a operação. O que aconteceu em Peck em 1999 teve lugar, quase da mesma forma, em centenas de vilarejos palestinos de 1948.¹

Voltando-nos à Organização das Nações Unidas, podemos ver que ela emprega definições semelhantes. A organização discutiu o conceito seriamente em 1993. A Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNCHR)^{*} associa o desejo de um estado ou regime de impor um domínio étnico sobre uma área mista – como a formação da Grande Sérvia – ao uso de medidas de expulsão e outros métodos violentos. O relatório publicado pelo UNCHR incluiu na definição de limpeza étnica atos como “separação de homens e mulheres, detenção de homens, explosão de casas” e o subsequente repovoamento das casas remanescentes com outro grupo étnico. Em certos lugares de Kosovo, conforme observou o relatório, as milícias muçulmanas ofereceram resistência: onde a resistência foi obstinada, à expulsão seguiram-se massacres.²

O Plano D de 1948 de Israel, mencionado no Prefácio, contém um repertório de métodos de limpeza que se encaixam, um a um, nos meios descritos pela ONU em sua definição de limpeza étnica e estabelecem o pano de fundo para os massacres que acompanharam a expulsão maciça.

^{*} Essa comissão foi substituída pelo atual Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC) a partir de 2006. (Nota do Tradutor – N.T.)

Tais referências à limpeza étnica são também a regra no mundo acadêmico e especializado. Drazen Petrovic publicou um dos mais abrangentes estudos sobre as definições de limpeza étnica. Ele associa limpeza étnica com nacionalismo, formação de novos Estados-nação e luta nacionalista. Nessa perspectiva, expõe a estreita ligação entre os políticos e o exército na perpetração do crime, e comenta o papel dos massacres neste. A saber, a direção política delega a implantação da limpeza étnica à hierarquia militar, sem necessariamente detalhar planos sistemáticos ou prover instruções explícitas, mas também sem deixar margem de dúvida quanto ao objetivo geral.³

Assim, em determinado momento – e mais uma vez isso espelha à perfeição o que aconteceu na Palestina –, a direção política cessa sua participação ativa à medida que entra em ação o maquinário de expulsão, avançando como uma imensa escavadeira impelida por sua própria inércia, que só cessa depois de concluir a tarefa. As pessoas que o maquinário esmaga e mata não são motivo de preocupação para os políticos que o puseram em movimento. Petrovic e outros chamam a nossa atenção para a distinção entre os massacres que são parte de genocídio, sendo, portanto, premeditados, e os massacres “não planejados”, que são resultado direto da instigação de ódio e revanchismo dentro do contexto de uma diretriz superior para levar a cabo a limpeza étnica.

Portanto, a definição enciclopédica apresentada acima está em consonância com as tentativas mais acadêmicas de conceitualização do crime de limpeza étnica. Em ambas as visões, limpeza étnica é um esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram enxotadas. Pode muito bem haver um plano mestre, mas a maioria das tropas engajadas na limpeza étnica não precisa de ordens diretas: sabe de antemão o que é esperado delas. Os massacres acompanham as operações, mas, quando acontecem, não são parte de um plano genocida, mas sim uma tática crucial para acelerar a fuga da população marcada para expulsão. Mais tarde, os expulsos são apagados da história oficial e popular do país e extirpados da memória coletiva. Da etapa de planejamento à execução final, o que ocorreu na Palestina em 1948 conforma, de acordo com essas definições acadêmicas e bem informadas, um caso claro de limpeza étnica.

Definições populares

A enciclopédia eletrônica *Wikipédia* é um acessível reservatório de conhecimento e informação. Qualquer um pode acessá-la e adicionar ou mudar verbetes, de forma que ela reflete – não de maneira empírica, mas intuitiva – uma percepção generalizada sobre determinada ideia ou conceito. Assim como as definições acadêmicas e enciclopédicas mencionadas acima, a *Wikipédia* caracteriza a limpeza étnica como uma expulsão maciça e também um crime. Cito-a:

No seu nível mais geral, a limpeza étnica pode ser entendida como a expulsão forçada de uma população “indesejável” de determinado território, resultante de discriminação religiosa ou étnica e cálculo político, estratégico ou ideológico, ou uma combinação de ambas.⁴

O verbete lista diversos casos de limpeza étnica no século XX, partindo da expulsão dos búlgaros da Turquia em 1913 e chegando até a retirada de colonos israelenses de Gaza por Israel em 2005. A lista pode afigurar-se-nos um tanto bizarra ao incorporar sob uma mesma categoria a limpeza étnica nazista e a remoção por um estado soberano de sua própria população após declará-la um colonato ilegal. Porém, essa classificação torna-se possível devido ao raciocínio que os editores – nesse caso, todos com acesso ao *site* – assumiram como linha: assegurar-se de que o adjetivo “suposto” preceda cada um dos casos históricos da lista.

A *Wikipédia* também inclui a *Nakba* palestina de 1948. Mas não se pode saber ao certo se os editores enxergam a *Nakba* como um caso de limpeza étnica que não deixa espaço para ambivalência, como no caso da Alemanha nazista ou da antiga Iugoslávia, ou se a consideram um caso mais duvidoso, talvez semelhante ao dos colonos judeus que Israel removeu da Faixa de Gaza. Um critério que essa e outras fontes geralmente aceitam para medir a seriedade da alegação é se alguém foi indiciado por um tribunal internacional. Em outras palavras, quando os perpetradores foram levados à justiça, isto é, julgados por um sistema judiciário internacional, toda ambiguidade é removida, e o crime de limpeza étnica não é mais “suposto”. Porém, com essa forma de pensar, o critério precisa ser estendido também aos casos que deveriam, mas nunca foram levados à justiça. Isso é assumidamente mais flexível, pois alguns casos claros de crimes contra a humanidade demandam uma longa luta até que o mundo os reconheça como fatos históricos. Os armênios

aprenderam-no quanto ao seu genocídio – em 1915, o governo otomano empreendeu uma dizimação sistemática do povo armênio. Um número estimado em um milhão pereceu em 1918, mas nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos enfrentou julgamento.

A LIMPEZA ÉTNICA COMO CRIME

A limpeza étnica foi apontada como crime contra a humanidade em tratados internacionais, como o que criou a Corte Penal Internacional (ICC, na sigla em inglês); seja na qualidade de “suposta” ou de plenamente admitida, está sujeita a julgamento pela lei internacional. Um Tribunal Penal Internacional especial foi instalado em Haia para julgar os perpetradores e criminosos do caso da antiga Iugoslávia; igualmente, em Arusha, na Tanzânia, para o caso de Ruanda. Em outros casos, a limpeza étnica foi definida como crime de guerra mesmo quando nenhum processo jurídico foi movido como tal (por exemplo, as ações cometidas pelo governo sudanês em Darfur).

Este livro foi escrito com a convicção profunda de que a limpeza étnica da Palestina precisa ficar enraizada na nossa memória e consciência como um crime contra a humanidade e de que deve ser excluída da lista de crimes *supostos*. Aqui, os perpetradores não são obscuros – são um grupo muito específico de pessoas: os heróis da guerra de independência judaica, cujos nomes serão familiares à maioria dos leitores. A lista começa com o líder incontestado do movimento sionista, David Ben-Gurion, em cuja residência particular todos os capítulos iniciais e posteriores da limpeza étnica foram discutidos e finalizados. Ele tinha o auxílio de um pequeno grupo de pessoas, ao qual me referirei neste livro como “Consultoria”, uma cabala *ad hoc* reunida apenas para o propósito de tramar e arquitetar o despovoamento dos palestinos⁵. Em um dos raros documentos que registram uma reunião da Consultoria, esta é referida como o Comitê Consultor – *Haveadah Hamyeazet*. Em outro documento aparecem os 11 nomes dos membros do comitê, embora todos tenham sido apagados pelo censor (não obstante, eu consegui reconstruir todos esses nomes, conforme demonstrarei).⁶

Essa cúpula preparou os planos para a limpeza étnica e supervisionou sua execução até que estivesse concluída a tarefa de desenraizar metade da população nativa da Palestina. Incluía, primeira e principalmente, os altos oficiais do exército do futuro estado judeu, como os lendários Yigael Yadin e Moshe Dayan. Acompanharam-lhes figuras desconhecidas fora de Israel, mas bem fincadas no *éthos* local, como Yigal Allon e Yitzhak Sadeh. Esses militares mancomunaram-se com o que hoje chamaríamos “orientalistas”:

especialistas no mundo árabe em geral e em palestinos em particular, seja por terem vindo de países árabes eles próprios, seja por serem acadêmicos no campo dos estudos do Oriente Médio. Também nos depararemos com alguns de seus nomes logo mais.

Tanto os oficiais quanto os especialistas foram assistidos por comandantes regionais, tais como Moshe Kalman, que limpou a área de Safad, e Moshe Carmel, que desenraizou a maior parte da Galileia. Yitzhak Rabin operou tanto em Lydd e Ramla quanto na Grande Jerusalém. Lembre-se de seus nomes, mas comece a entendê-los não apenas como heróis de guerra israelenses. Eles de fato participaram na fundação de um estado para judeus, e muitas de suas ações, compreensivelmente, são reverenciadas pelos seus, por ajudá-los a salvar-se de ataques externos, conduzindo-os em meio a crises e sobretudo oferecendo-lhes um refúgio seguro contra as perseguições religiosas de várias partes do mundo. Mas é a história que julgará em última instância quanto esses feitos pesarão na balança, quando sobre o outro prato pousarem os crimes que eles praticaram contra a população nativa da Palestina. A lista dos comandantes regionais inclui outros, como Shimon Avidan, que limpou o sul, sobre quem seu colega e cocombatente Rehavam Zeevi disse: “Comandantes como Shimon Avidan, o comandante da Brigada Givati, limparam seus *fronts* de dezenas de vilarejos e cidades.”⁷ Foi assistido por Yitzhak Pundak, que contou ao *Ha'aretz* em 2004: “Havia duas centenas de vilarejos [no *front*] e estes sumiram. Tínhamos de destruí-los, senão teríamos árabes aqui [especificamente, a parte meridional da Palestina], como temos na Galileia. Teríamos outro milhão de palestinos.”⁸

E então temos os oficiais de inteligência no terreno. Longe de serem meros coletores de informação sobre o “inimigo”, eles não apenas desempenharam um grande papel na limpeza, mas também participaram de algumas das piores atrocidades que acompanharam o despovoamento sistemático dos palestinos. A eles foi dada a autoridade final para decidir quais vilarejos seriam destruídos e quem dentre seus habitantes seria executado.⁹ Nas memórias dos sobreviventes palestinos, eram aqueles que, após uma vila ou bairro serem ocupados, decidiam o destino de seus moradores, o que poderia significar a diferença entre prisão ou liberdade e vida ou morte. Suas operações em 1948 foram supervisionadas por Issar Harel, que depois se tornaria o primeiro diretor do Mossad e Shabak, os serviços secretos de Israel. Sua figura é familiar a muitos israelenses. Sujeito atarracado, Harel detinha o modesto posto de coronel em 1948, mas, não obstante, era o oficial mais graduado a coordenar todas as operações de interrogatório, fazer “listas negras” e outros atributos opressivos à vida palestina sob ocupação israelense.

Por fim, convém repetir que, de qualquer ângulo que se olhe – desde o legal ou o acadêmico até o mais populista –, a limpeza étnica é hoje indisputavelmente reconhecida como um crime contra a humanidade, que envolve crimes de guerra, com tribunais internacionais especiais julgando aqueles que foram indiciados por planejar e executar atos de limpeza étnica. No entanto, eu devo agora acrescentar que, em retrospecto, poderíamos pensar em aplicar – e muito francamente, para dar chance à paz na Palestina, nós temos que aplicar – uma regra de prescrição nesse caso, mas com uma condição: que a única solução política normalmente tida como essencial para reconciliações, tanto pelos Estados Unidos quanto pelas Nações Unidas, seja também aqui cumprida: o retorno incondicional dos refugiados para os seus lares. Os EUA apoiaram tal resolução da ONU para a Palestina, de 11 de dezembro de 1948 (Resolução 194), por um curto – demasiado curto – tempo. Já na primavera de 1949, a linha política americana já se reorientava para um curso conspicuamente pró-Israel, convertendo os mediadores de Washington no oposto de negociadores honestos, na medida em que ignoravam amplamente o ponto de vista palestino em geral e, em especial, desconsideravam o direito de retorno dos refugiados palestinos.

RECONSTRUINDO UMA LIMPEZA ÉTNICA

Ao aderir à definição de limpeza étnica conforme dada acima, nós nos abstermos da necessidade de ir fundo nas origens do sionismo como a causa ideológica da limpeza étnica. Não que o assunto não seja importante, mas tem sido tratado de forma bem-sucedida por uma quantidade de acadêmicos palestinos e israelenses, tais como Walid Khalidi, Nur Masalha, Gerson Shafir e Baruch Kimmerling, entre outros.¹⁰ Apesar do meu desejo de focar os bastidores imediatamente prévios às operações, seria valorosa para os leitores uma recapitulação dos principais argumentos daqueles acadêmicos.

Um bom livro para começar é *Expulsion of the Palestinians*, de Nur Masalha¹¹, que mostra de forma clara quão profundamente enraizado no pensamento político sionista estava, e ainda está, o conceito de transferência. Desde o fundador do movimento sionista, Theodor Herzl, até as lideranças principais da empreitada sionista na Palestina, a limpeza étnica era uma opção válida. Como um dos pensadores mais liberais do movimento, Leo Motzkin, colocava, em 1917:

Nossa ideia é que a colonização da Palestina tem que ir em duas direções: assentamento de judeus no Eretz Israel e reassentamento de árabes do Eretz Israel em áreas fora do país. A transferência de tantos árabes pode parecer a princípio inaceitável do ponto de vista econômico, mas é praticável mesmo assim. Não se requer tanto dinheiro para reassentar um vilarejo palestino em outra terra.¹²

O fato de os expulsos serem recém-chegados ao país, parte de um projeto colonizador, relaciona o caso da Palestina à história colonial de limpezas étnicas nas Américas do Norte e do Sul, na África e na Austrália, onde colonos brancos cometeram tais crimes rotineiramente. Esse intrigante aspecto de analogia histórica oferecido pelo caso de Israel foi tema de diversos e excelentes estudos. Gershon Shafir e Baruch Kimmerling nos informaram sobre a conexão entre o sionismo e o colonialismo, um nexos que inicialmente pode nos trazer mais ao conceito de exploração do que ao de expulsão, porém, uma vez que a ideia de uma economia judaica exclusiva tornou-se parte central daquela visão, já não havia mais espaço para camponeses ou trabalhadores árabes.¹³ Para Walid Khalidi e Samih Farsoun, a centralidade da ideologia da transferência está mais ligada ao último período do Mandato; eles indagam por que a ONU confiou o destino de tantos palestinos a um movimento que claramente incluía a transferência em sua ideologia.¹⁴

Buscarei menos expor a inclinação ideológica dos envolvidos do que acentuar o planejamento sistemático com o qual eles converteram uma região de etnia mista em um espaço de pureza étnica. Esse é o propósito dos meus capítulos iniciais. Voltarei à ligação ideológica mais ao final do livro, quando a analiso como a única explicação adequada de que dispomos para a limpeza étnica por Israel dos palestinos, que começou em 1948, mas continua, sob uma variedade de formas, até hoje.

Uma segunda tarefa, mais desagradável, será reconstruir os métodos que Israel usou para executar seu plano mestre de expulsão e destruição, bem como examinar como e até que ponto esses podem ser típicos dos atos de limpeza étnica. Como argumentei acima, parece-me que, caso nunca tivéssemos ouvido falar a respeito dos acontecimentos na antiga Iugoslávia, mas cientes apenas do caso da Palestina, estaríamos escusados de pensar que as definições da ONU e dos EUA sobre limpeza étnica foram inspiradas na *Nakba*, quase até o menor dos detalhes.

Antes de mergulharmos na história da limpeza étnica na Palestina e tentarmos contemplar as consequências dela até os dias atuais, precisamos parar por um momento e pensar a respeito de números relativos. A cifra de

três quartos de milhão de palestinos arrancados de sua terra pode parecer “modesta”, se colocada no contexto da transferência de milhões de pessoas na Europa resultante da Segunda Guerra Mundial ou das destituições que ocorreram na África no começo do século XXI. Mas algumas vezes é necessário relativizar, pensar em porcentagens para começar a entender a magnitude de uma tragédia que engolfou a população de um país inteiro. Metade do povo nativo que vivia na Palestina foi empurrada para fora, metade de seus vilarejos e cidades foi destruída, e apenas alguns poucos deles conseguiram retornar.

Mas, além de números, é o abismo profundo entre a realidade e a representação o que mais espanta no caso da Palestina. É de fato muito difícil de entender, aliás de explicar, por que um crime que foi perpetrado em tempos modernos, e num ponto da história que clamava a presença de repórteres estrangeiros e observadores da ONU, pudesse ser tão inteiramente ignorado. No entanto, não há como negar que a limpeza étnica de 1948 foi quase totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo. Imagine que, não muito tempo atrás, em qualquer país que lhe seja familiar, metade de toda a população fosse forçosamente expelida em um ano, metade de suas vilas e cidades, exterminada, deixando apenas entulho e pedregulhos. Imagine agora a possibilidade de que, de alguma forma, esse ato nunca chegue aos livros de história, e que todos os esforços diplomáticos para resolver o conflito que eclodiu naquele país tangenciassem totalmente, se não ignorassem por completo, esse acontecimento catastrófico. Eu pelo menos procurei em vão por toda a história do mundo após a Segunda Guerra Mundial, tal como a conhecemos, em busca de um caso dessa natureza e de um destino deste tipo. Existem outros casos que caminharam de forma semelhante, mas mais antigos, como a limpeza étnica dos não húngaros no fim do século XIX, o genocídio dos armênios e o holocausto perpetrado pela ocupação nazista contra os povos viajantes (os ciganos, também conhecidos como Sinti) nos anos 1940. Eu espero que, no futuro, a Palestina não esteja mais nessa lista.

O ímpeto por um estado exclusivamente judeu

“A Assembleia Geral das Nações Unidas rejeita fortemente as políticas e ideologias que tenham o objetivo de promover limpezas étnicas de qualquer tipo.”

Resolução 47/80, 16 de dezembro de 1992

A MOTIVAÇÃO IDEOLÓGICA DO SIONISMO

O sionismo veio à luz na Europa central e oriental no final da década de 1880 como um movimento de ressurgimento nacional, estimulado pela crescente pressão sobre os judeus dessas regiões para que se assimilassem totalmente ou arriscassem a perseguição contínua (apesar de, como sabemos, mesmo a assimilação completa não ter sido salvaguarda contra a aniquilação, no caso da Alemanha nazista). Já no começo do século XX, a maioria dos líderes do movimento sionista associava esse ressurgimento nacional com a colonização da Palestina. Outros, especialmente o fundador do movimento, Theodor Herzl, eram mais ambivalentes, mas após sua morte, em 1904, a orientação rumo à Palestina havia se fixado, tornando-se consensual.

Eretz Israel, o nome da Palestina na religião judaica, havia sido reverenciado através dos séculos, por gerações de judeus, como um lugar de peregrinação religiosa, nunca como um futuro estado secular. A tradição e religião judaicas claramente instruem os judeus a aguardarem a vinda do Messias prometido no “fim dos tempos”, até que eles possam retornar a Eretz Israel como um povo soberano em uma teocracia judaica, isto é, como os servos obedientes de Deus (essa é a razão de diversas correntes

de judeus ultraortodoxos hoje serem antissionistas ou não sionistas). Em outras palavras, o sionismo secularizou e nacionalizou o judaísmo. Para realizar seu projeto, os pensadores sionistas reivindicaram o território bíblico e recriaram-no, de fato o reinventaram como o berço de seu novo movimento nacionalista. Da forma como a viam, a Palestina estava ocupada por “estrangeiros” e tinha de ser repossuída. “Estrangeiros” aqui significava todos os não judeus que habitaram a Palestina desde o período romano.¹ De fato, para muitos sionistas, a Palestina nem mesmo era uma terra “ocupada” quando eles chegaram ali em 1882, mas uma terra “vazia”: os nativos palestinos que ali viviam eram-lhes um tanto invisíveis, ou eram ainda mais uma dessas agruras da natureza que, como tal, deveriam ser conquistados ou removidos. Nada – rochas ou palestinos – poderia ficar no caminho da “redenção” nacional da terra que o movimento sionista cobiçava.²

Até a ocupação da Palestina pela Inglaterra em 1918, o sionismo era uma mistura de ideologia nacionalista e prática colonialista. Era limitado em seu escopo: os sionistas não perfaziam mais do que 5% da população total do país àquela época. Vivendo em colônias, eles não afetavam a população local, nem mesmo eram especialmente notados por ela. O potencial de uma futura tomada judaica do país e a expulsão do povo nativo palestino – que, numa análise retrospectiva, os historiadores reconheceram tão claramente nos escritos dos pais fundadores do sionismo – era evidente para alguns líderes palestinos mesmo antes da Primeira Guerra Mundial; outros, no entanto, estavam menos interessados no movimento.

As evidências históricas mostram que em algum ponto entre 1905 e 1910, diversos líderes palestinos discutiram o sionismo como um movimento político voltado à compra de terras, recursos e poder na Palestina, embora seu potencial destrutivo não fosse totalmente compreendido à época. Muitos membros da elite local o viam como parte do ímpeto missionário e colonialista europeu – o que, em parte, ele era, mas obviamente tinha uma diferença adicional, que o tornava um empreendimento perigoso para a população nativa.³

Esse potencial não era frequentemente discutido ou articulado pelos próprios líderes sionistas, mas alguns notáveis palestinos e intelectuais devem ter sentido o perigo iminente, já que podemos vê-los em tentativas de convencer o governo otomano de Iambul a limitar, senão proibir integralmente, a imigração e o assentamento judaicos na Palestina, que estava sob domínio otomano até 1918.

O membro palestino do Parlamento otomano, Said al-Hussayni, alegava em 6 de maio de 1911 que “os judeus pretendem criar um estado na região,

que incluirá a Palestina, a Síria e o Iraque”.⁴ No entanto, Al-Hussayni pertencia a uma família e a um grupo de notáveis que, até os anos 1930, pregavam contra a colonização sionista enquanto vendiam terras para os recém-chegados. Conforme o Mandato se prolongava, a sensação de um perigo iminente, aliás, de uma catástrofe, se firmou entre os setores mais intelectuais da elite,⁵ mas nunca se converteu em devidos preparativos para o risco de morte que estava à espreita daquela sociedade.

Em torno da Palestina, outros, como os principais literatos egípcios, viam a movimentação de judeus para a Palestina como uma tentativa irresponsável por parte da Europa de transferir seus povos mais pobres e, muitas vezes, apátridas para o país, mas não como parte de um plano maior visando a usurpação da população local. Para eles, a movimentação desse povo desesperado parecia senão uma ameaça menor comparada à tentativa muito mais conspícua que as igrejas e os poderes coloniais europeus estavam fazendo para tomar a “Terra Santa” através de seus missionários, diplomatas e colônias.⁷ De fato, previamente à ocupação britânica da Palestina em fins de 1917, os sionistas eram vagos quanto a seus reais planos, não tanto por falta de orientação, mas sobretudo devido à necessidade de priorizar os problemas da ainda pequena comunidade de imigrantes judeus: sempre havia a ameaça de serem expulsos de novo pelo governo de Istambul.

No entanto, quando uma visão mais clara do futuro precisava ser veiculada para consumo interno, não havia nenhuma ambiguidade. O que os sionistas previram foi a criação de um estado judaico na Palestina com o fim de escapar à história de perseguições e *pogroms* do Ocidente, invocando como seus meios a “redenção” religiosa de um “lar ancestral”. Essa era a narrativa oficial e, sem dúvida, expressava genuinamente a motivação da maioria dos membros da direção sionista. Mas a visão mais crítica hoje vê o ímpeto sionista de assentar-se na Palestina, ao invés de em outras localidades, como um entrelaçamento estreito com o milenarismo cristão e o colonialismo europeu do século XIX. As várias sociedades missionárias protestantes e os governos do Concerto Europeu competiam entre si sobre o futuro de uma Palestina “cristã”, que queriam subtrair do Império Otomano. Os mais religiosos entre esses aspirantes do Ocidente consideravam o retorno dos judeus à Palestina como um capítulo do esquema divino, a precipitar a segunda vinda de Cristo e a criação de um estado pietista ali. Esse empenho religioso inspirou políticos pios a agirem com um compromisso ainda maior com o sucesso do projeto sionista, entre eles Lloyd George, o primeiro-ministro inglês durante a Primeira Guerra Mundial. Isso não o impediu de suprir seu governo, concomitantemente,

com um arsenal de considerações “estratégicas”, mais do que messiânicas, sobre a razão para a Palestina ser colonizada pelo movimento sionista, que estavam bem misturadas com sua arrogante desconfiança, seu desdém pelos “árabes” e “maometanos”, como ele chamava os palestinos.⁸

A pesquisa acadêmica recente também tende a questionar o sabor mais marxista que a historiografia oficial israelense reivindicou para a colonização inicial da Palestina, ao retratar o sionismo como uma efetiva tentativa de realizar as revoluções socialistas e marxistas, para além de sua tentativa menos feliz na Rússia.⁹ A visão mais crítica pinta essa aspiração como duvidosa na melhor das hipóteses, e manipuladora na pior. De fato, muito à semelhança dos judeus israelenses mais liberais de hoje, que prontamente abandonam seus princípios democráticos quando são confrontados com a perspectiva de uma maioria demográfica de não judeus no país, também os sionistas socialistas rapidamente substituíram seus sonhos mais universalistas pela poderosa sedução do nacionalismo. E quando o objetivo principal passou a ser tornar a Palestina exclusivamente judaica, mais do que socialista, é significativo que, dentro do sionismo, tenha sido o movimento trabalhista que instituiu e implementou a limpeza étnica da população local.

Os colonizadores sionistas iniciais direcionaram a maioria de sua energia e recursos para a compra de lotes de terra, em uma tentativa de entrar no mercado local de trabalho e criar redes sociais e comunitárias que pudessem sustentá-los, na condição de um grupo de recém-chegados pequeno e economicamente vulnerável. As estratégias mais precisas sobre a melhor maneira de tomar como um todo a Palestina e criar um Estado-nação no país ou em parte dele foram um desenvolvimento posterior, intimamente associado com as ideias dos ingleses sobre a melhor forma de resolver um conflito que a própria Inglaterra tanto tinha feito para exacerbar.

Assim que o secretário de Assuntos Estrangeiros britânico, Lord Balfour, prometeu ao movimento sionista, em 1917, o estabelecimento de um lar nacional para os judeus na Palestina,¹⁰ ele abriu os portões para um conflito interminável que logo engoliria o país e seu povo. No juramento que fez em nome de seu governo, Balfour prometeu proteger as aspirações da população não judaica – uma estranha referência à vasta maioria nativa –, mas a declaração precipitava-se ao enfrentar tanto as aspirações quanto o direito natural dos palestinos à independência e à nacionalidade.

Em fins dos anos 1920, estava claro que essa proposta tinha um núcleo potencialmente violento, pois já reclamara a vida de centenas de palestinos e judeus. Isso agora levaria os ingleses a fazerem uma tentativa séria, embora relutante, de solucionar esse conflito fervente.

Até 1928, o governo britânico tratou a Palestina como um estado dentro da esfera de influência britânica, não como uma colônia; um estado no qual, sob a tutela britânica, a promessa aos judeus e as aspirações palestinas podiam, ambas, ser realizadas. Eles tentaram pôr de pé uma estrutura política que representaria ambas as comunidades em paridade, tanto no parlamento estatal quanto no governo. Na prática, quando a oferta foi feita, não era tão equânime: privilegiava as colônias judaicas e discriminava a maioria palestina. O equilíbrio dentro da nova Câmara legislativa estava em favor da comunidade judaica, que se tornaria aliada dos membros indicados pela administração britânica.¹¹

Como os palestinos perfaziam uma maioria entre 80 e 90% da população total nos anos 1920, inicialmente, e de forma compreensível, eles recusaram a paridade, e mais ainda esta, que os colocava em desvantagem na prática – uma posição que encorajava os dirigentes sionistas a apoiarem a proposta britânica. Aqui surge um padrão: em 1928, quando a direção palestina, apreensiva com a crescente imigração judaica para o país e a expansão de seus assentamentos, aceitou a fórmula como uma base para negociação, a liderança sionista rapidamente a rejeitou. O levante palestino de 1929 foi o resultado direto da recusa dos ingleses de concretizarem ao menos a promessa de paridade, após os palestinos terem colocado de lado o princípio democrático de política pela maioria, um ato que a Inglaterra havia alardeado como a base de negociação em todos os outros estados árabes dentro de sua esfera de influência.¹²

Depois do levante de 1929, o governo trabalhista em Londres parecia inclinado a abraçar as demandas palestinas, mas o *lobby* sionista conseguiu reorientar o governo aos confortáveis trilhos da política balfouriana. Isso tornou inevitável outro levante. Este estourou devidamente em 1936, na forma de uma rebelião popular disputada com tanta determinação que forçou o governo britânico a destacar mais tropas para a Palestina do que as alocadas no subcontinente indiano. Após três anos, com ataques brutais e impiedosos no interior da Palestina, o exército britânico dominou a revolta. A direção palestina foi exilada, e as unidades paramilitares que mantiveram a guerra de guerrilhas contra o Mandato foram desbaratadas. Nesse processo, muitos dos aldeões envolvidos foram presos, feridos ou mortos. A ausência da maioria dos dirigentes palestinos e de unidades militares palestinas viáveis facilitou muito a vida para as forças judaicas em 1947, nas incursões no interior da Palestina.

Entre os dois levantes, a direção sionista não perdeu tempo e trabalhou seus planos para uma presença exclusivamente judaica na Palestina: primeiro, em 1937, ao aceitar uma modesta parcela de terras, respondendo favoravel-

mente à recomendação da Comissão Real Britânica de Peel para a partição da Palestina em dois estados ¹³; depois, em 1942, ao arriscar uma estratégia mais maximalista, exigindo toda a Palestina para si. O espaço geográfico que ela cobiçava pode ter mudado com o tempo, em reação a circunstâncias e oportunidades, mas o objetivo principal permaneceu. O projeto sionista só poderia ser realizado através da criação, na Palestina, de um estado puramente judeu, tanto como um refúgio seguro para judeus contra a perseguição quanto como um berço para o novo nacionalismo judeu. E tal estado deveria ser exclusivamente judeu não só em sua estrutura sociopolítica, mas também em sua composição étnica.

PREPARAÇÕES MILITARES

Desde o início, as autoridades do Mandato britânico permitiram ao movimento sionista cavar para si um enclave independente na Palestina, com infraestrutura de um futuro estado e, em fins dos anos 1930, os líderes do movimento já podiam traduzir a visão abstrata de uma exclusividade judaica em planos mais concretos. Os preparativos sionistas para a eventualidade da tomada da terra à força, falhasse a concessão por diplomacia, incluíam a construção de uma eficiente organização militar – com a ajuda de oficiais britânicos simpáticos ao sionismo – e a busca de amplos recursos financeiros (para os quais eles podiam cutucar a diáspora judaica). Em muitos sentidos, a criação de um corpo diplomático embrionário foi também parte integral das mesmas preparações gerais, almejando rapinar, pela força, um estado na Palestina. ¹⁴

Foi um oficial britânico em particular, Orde Charles Wingate, que fez os dirigentes sionistas perceberem mais inteiramente que a ideia de um estado judeu deveria estar intimamente associada com o militarismo e com um exército, em primeiro lugar para proteger o crescente número de enclaves e colônias judaicas dentro da Palestina, mas também – e mais crucialmente – porque os atos de agressão efetivamente serviriam como inibidores da possível resistência dos nativos palestinos. Dali, o caminho para considerar a transferência forçada de toda a população nativa provar-se-ia realmente muito curto. ¹⁵

Orde Wingate nascera na Índia no início do século XX, de uma família de militares, tendo uma educação muito religiosa. Começou sua carreira arábista no Sudão, onde adquiriu prestígio com emboscadas contra traficantes de escravos particularmente bem-sucedidas. Em 1936, foi alocado na Palestina, onde rapidamente se encantou com o sonho sionista. Decidiu encorajar os

colonos judeus e passou a treinar suas tropas em táticas de combate mais eficientes e métodos de represália contra a população local. Não é de surpreender que seus associados sionistas o admirassem enormemente.

Wingate transformou a principal organização paramilitar da comunidade judaica na Palestina, a Haganá. Criada em 1920, seu nome em hebraico significa literalmente “defesa”, indicando explicitamente que seu propósito central era proteger os assentamentos judeus. Sob a influência de Wingate, e o clima militante que ele inspirou entre seus comandantes, a Haganá rapidamente se converteu no braço militar da Agência Judaica, o órgão de governo na Palestina que afinal desenvolveu e implementou os planos para a tomada sionista da Palestina como um todo e a limpeza étnica de sua população nativa.¹⁶

A revolta árabe deu aos membros da Haganá a chance de praticarem as táticas militares ensinadas por Wingate nas áreas rurais palestinas, mormente na forma de operações de retaliação contra alvos tais como os atiradores de emboscada de estrada e os ladrões que furtavam bens dos *kibbutz*. O objetivo central, no entanto, parece ter sido intimidar as comunidades palestinas que estavam nas cercanias dos assentamentos judeus.

Wingate conseguiu colocar os paramilitares da Haganá em condição de adidos das forças britânicas durante a revolta árabe, para que pudessem aprender ainda mais o que deveria significar uma “missão punitiva” a uma vila árabe. Por exemplo, em junho de 1938, as tropas judaicas, pela primeira vez, sentiram o gosto do que representava ocupar uma vila palestina: uma unidade da Haganá e uma companhia militar britânica atacaram conjuntamente um vilarejo na fronteira entre Israel e Líbano, controlando-o por algumas horas.¹⁷

Amatziya Cohen, que participou da operação, relembra o sargento britânico que lhes mostrou como usar a baioneta no ataque aos aldeões indefesos: “Creio que vocês, com o seu Ramat Yochanan [a base militar da Haganá], são totalmente ignorantes, já que nem mesmo dominam o uso básico de baionetas no ataque aos árabes sujos: como podem pôr o pé esquerdo na frente?”, esbravejava ele contra Amatziya e seus colegas, após retornarem à base.¹⁸ Estivesse esse sargento por ali em 1948, sentiria orgulho de ver quão rápido os soldados judeus dominaram a arte de atacar vilas.

A Haganá também adquiriu valiosa experiência militar na Segunda Guerra Mundial, quando muitos de seus membros se ofereceram como voluntários ao esforço de guerra britânico. Outros que ficaram para trás na Palestina continuaram a monitorar e a se infiltrar nos quase 1.200 vilarejos palestinos que, por centenas de anos, salpicavam aquela terra.

O ARQUIVO DOS VILAREJOS

Era preciso mais do que saborear a excitação de atacar um vilarejo palestino: exigia-se planejamento sistemático. A sugestão veio de um jovem historiador da Universidade Hebraica, Ben-Zion Luria, à época funcionário do Departamento Educacional da Agência Judaica. Luria apontou quão útil seria ter um registro detalhado de todos os vilarejos árabes e propôs que o Fundo Nacional Judeu (FNJ) conduzisse tal inventário. “Isso ajudaria enormemente a redenção da terra”, escreveu ao FNJ.¹⁹ Não poderia ter escolhido interlocutores melhores: sua iniciativa de envolver o FNJ na iminente limpeza étnica traria empenho e impulso adicionais aos planos de expulsão que se sucederiam.

Fundado em 1901, o FNJ foi a ferramenta primordial da colonização da Palestina. Servia como agência do movimento sionista para a compra de terras na Palestina, na qual então assentaram-se os imigrantes judeus. Inaugurado pelo 5º Congresso Sionista, o fundo foi a ponta de lança da sionificação da Palestina ao longo dos anos do Mandato. Desde seu início, foi projetado para reter, em nome do povo judeu, a “custódia” da terra cuja posse os sionistas obtiveram na Palestina. O FNJ manteve esse papel após a criação do Estado de Israel, com outras missões sendo adicionadas à sua função primária ao longo do tempo.²⁰

A maioria das atividades do FNJ durante o período do Mandato e em torno à *Nakba* estava intimamente ligada ao nome de Yossef Weitz, o chefe do Departamento de Assentamento. Weitz era a quintessência do sionismo colonialista. Sua prioridade central naquele momento era facilitar o despejo dos arrendatários palestinos das terras compradas de proprietários absenteístas, que tendiam a morar a alguma distância de suas terras ou mesmo fora do país, além das fronteiras colocadas pelo Mandato onde antes não havia. Tradicionalmente, quando a propriedade da terra, ou mesmo de uma vila inteira, mudava de mãos, isso não significava que os próprios camponeses ou os aldeões tinham de se mudar²¹; a Palestina era uma sociedade agrária, e os novos latifundiários precisariam de arrendatários para continuar cultivando suas terras. Mas com o advento do sionismo tudo mudou. Weitz visitava pessoalmente as terras recém-compradas, muitas vezes acompanhado por seus assistentes mais próximos, e encorajava os novos proprietários judeus a expulsarem os arrendatários locais, mesmo que o proprietário não tivesse uso para todo o lote de terra. Um dos assistentes mais próximos de Weitz, Yossef Nachmani, em determinado momento, relatou-lhe que, “infelizmente”,

os arrendatários recusavam-se a sair, e os proprietários judeus estavam mostrando “a covardia”, como ele formulava, “de ponderar a opção de permitir que ficassem”.²² Era função de Nachmani e de outros assistentes garantir que tais “fraquezas” não persistissem: sob sua supervisão, os despejos logo se tornaram mais abrangentes e efetivos.

O impacto dessas atividades permaneceu limitado, pois eram escassos, afinal, os recursos sionistas; feroz, a resistência palestina; e restritivas, as medidas britânicas. Ao fim do Mandato, em 1948, a comunidade judaica detinha cerca de 5,8% da terra palestina. Mas o apetite era por mais, tão logo os recursos disponíveis se expandissem e as novas oportunidades se abrissem; foi assim que soou como música aos ouvidos de Weitz a notícia do arquivo dos vilarejos, o qual ele imediatamente sugeriu tornar um “projeto nacional”.²³

Todos os envolvidos viraram fervorosos apoiadores da ideia. Yitzhak Ben-Zvi, proeminente membro da liderança sionista, historiador e mais tarde segundo presidente de Israel, explicou em uma carta a Moshe Shertock (Sharett), chefe do Departamento Político da Agência Judaica (e mais tarde um dos primeiros-ministros de Israel), que, além do registro topográfico dos vilarejos, o projeto deveria também incluir uma exposição das “origens hebraicas” de cada um. Mais ainda, era importante para a Haganá saber quais deles eram relativamente novos, uma vez que alguns vilarejos tinham sido construídos “apenas” na época da ocupação egípcia da Palestina nos anos 1830.²⁴

A maior empreitada, no entanto, era mapear os vilarejos. Para tanto, foi recrutado um topógrafo da Universidade Hebraica empregado no Departamento Cartográfico do Mandato. Ele sugeriu conduzir um levantamento a partir de fotografias aéreas, e com orgulho mostrou a Ben-Gurion dois mapas aéreos dos vilarejos de Sindiyana e Sabbarin (estes mapas, agora nos Arquivos Estatais de Israel, são tudo o que restou desses locais depois de 1948).

Os melhores fotógrafos profissionais do país foram então convidados a se juntarem à iniciativa. Yitzhak Shefer, de Tel-Aviv, e Margot Sadeh, a esposa de Yitzhak Sadeh, o chefe da Palmach (unidades de operações especiais da Haganá), também foram recrutados. O laboratório de revelação operava na casa de Margot sob a fachada de uma empresa de irrigação: tinha de ocultar-se das autoridades britânicas, que poderiam considerá-lo um esforço de informação estratégica direcionado contra si. Os ingleses tinham, sim, conhecimento prévio do laboratório, mas nunca conseguiram identificar seu esconderijo secreto. Em 1947, todo esse Departamento Cartográfico mudou-se para a Casa Vermelha.²⁵

O resultado final de ambos esforços – o topográfico e o orientalista – foi o detalhado arquivo que os especialistas sionistas gradualmente construíram a respeito de cada vilarejo palestino. Em finais dos anos 1930, esse “arquivo” estava quase completo. Registraram-se detalhes precisos sobre a localização topográfica de cada vilarejo, suas vias de acesso, a qualidade da terra, fontes d’água, principais fontes de renda, sua composição sociopolítica, afiliações religiosas, nomes de seus *mukhtars**, relação com outros vilarejos, idade de cada homem (dos 16 aos 50) e muito mais. Uma importante categoria era o índice de “hostilidade” (perante o projeto sionista), definido pelo grau de participação do local na revolta de 1936. Havia uma lista de todos os que estiveram envolvidos na revolta e das famílias que perderam algum membro na luta contra os ingleses. Uma atenção especial foi dada às pessoas que supostamente mataram judeus. Como veremos, em 1948, esses últimos pedaços de informação alimentaram as piores atrocidades nos vilarejos, levando a execuções de massa e tortura.

Os membros regulares da Haganá incumbidos de coletar informações em jornadas de “reconhecimento” nos vilarejos perceberam, desde o início, que não se tratava de mero exercício acadêmico de geografia. Um desses era Moshe Pasternak, que em 1940 participou de uma das primeiras operações de penetração para recolhimento de dados. Ele lembrou anos depois:

Tínhamos de estudar a estrutura básica do vilarejo árabe. Isso significava a estrutura e como melhor atacá-lo. Nas escolas militares, ensinaram-me a maneira de atacar uma cidade europeia moderna, não um vilarejo primitivo no Oriente Próximo. Não podíamos compará-lo [o vilarejo árabe] a um vilarejo polonês, ou austríaco. O vilarejo árabe, diferentemente dos europeus, estava topograficamente construído sobre morros. Isso significava que tínhamos de encontrar a melhor maneira de nos aproximarmos do vilarejo pelo alto ou de entrar por baixo. Tínhamos de treinar nossos “arabistas” [os orientalistas que operavam uma rede de colaboracionistas] sobre a melhor maneira de trabalhar com os informantes.²⁶

* Cargo elegível de chefe de aldeia ou bairro, encarregado de assuntos civis, por exemplo, registros. (N.T.)

De fato, o problema identificado em muitos dos arquivos dos vilarejos era como criar um sistema de colaboracionistas a partir de pessoas que Pasternak e seus amigos encaravam como primitivos e bárbaros: “Pessoas que gostam de beber café e comer arroz com as mãos, o que tornava muito difícil usá-los como informantes.” Em 1943, relembra ele, havia uma sensação crescente de que finalmente tinham colocado de pé uma rede de informantes propriamente. Naquele mesmo ano, os arquivos dos vilarejos foram rearranjados para ficarem ainda mais sistemáticos. Isso foi obra principalmente de um homem: Ezra Danin, que desempenharia um papel central na limpeza étnica da Palestina.²⁷

De muitas formas, foi a incorporação de Ezra Danin que, depois de largar seus lucrativos laranjais, introduziu um novo nível de eficiência no trabalho de informações e organização dos arquivos dos vilarejos. Os arquivos na era pós-1943 incluíam descrições detalhadas do plantel, da terra arada, do número de pés das plantações, a qualidade de cada pomar (até de cada árvore), a extensão média de terra por família, o número de carroças, os proprietários de vendas, os membros de corporações, os nomes dos artesãos em cada vilarejo e seus ofícios.²⁸ Mais tarde, foram agregadas minúcias meticulosas sobre cada clã e sua filiação política, a estratificação social entre notáveis e camponeses comuns, além dos nomes dos funcionários civis no governo do Mandato.

Conforme a coleta de datas adquiria sua própria dinâmica, encontravam-se detalhes adicionais pululando ao redor de 1945, como descrições das mesquitas dos vilarejos e nomes de seus imãs, junto de umas tais caracterizações como “é um homem ordinário” e até relatos precisos sobre as salas de estar das casas desses dignitários. Mais perto do fim do período do Mandato, a informação torna-se mais explicitamente voltada para o aspecto militar: o número de guardas (a maioria dos vilarejos não os tinha) e a quantidade e qualidade das armas à disposição dos aldeões (geralmente antiquadas ou mesmo inexistentes).²⁹

Danin recrutou um judeu alemão de nome Yaacov Shimoni, que mais tarde se tornaria um dos principais orientalistas de Israel, e o encarregou de projetos especiais dentro dos vilarejos, especialmente a supervisão do trabalho dos informantes.³⁰ Um desses, Danin e Shimoni apelidaram de “o tesoureiro” (*ha-gizbar*). Esse homem, que provou ser um manancial de informações para os pesquisadores dos arquivos, supervisionou para eles a rede de colaboracionistas entre 1941-1945. Foi exposto em 1945 e morto por militantes palestinos.³¹

Danin e Shimoni logo foram acompanhados por outras duas pessoas, Yehoshua Palmon e Tuvia Lishanski. Estes são, também, nomes para lembrar, por tomarem parte ativa na preparação da limpeza étnica da Palestina. Nos

anos 1940, Lishanski já andava ocupado em orquestrar campanhas contra os arrendatários que viviam nos lotes de terra comprados pelo FNJ de latifundiários presentes ou ausentes, e direcionara toda sua energia para intimidar e então expulsar à força essas pessoas das terras que suas famílias vinham cultivando há séculos.

Não muito longe do vilarejo de Furaydis e do assentamento judaico “veterano” Zikhron Yaacov, onde hoje uma estrada liga a rodovia costeira com Marj Ibn Amir (Emeq Izrael) através do Wadi Milk, há um vilarejo da juventude (uma espécie de internato para a juventude sionista) chamado Shefeya. Ali, em 1944, unidades especiais a serviços do projeto dos arquivos dos vilarejos receberam seu treinamento, e dali partiam em suas missões de reconhecimento. Shefeya parecia-se muito com uma vila de espões da Guerra Fria: judeus perambulando e falando árabe, tentando emular o que acreditavam ser os modos de vida e o comportamento costumeiro dos palestinos do campo.³²

Em 2002, um dos primeiros recrutas para essa base de treinamento especial rememorou sua primeira missão de reconhecimento no vilarejo vizinho de Umm al-Zinat, em 1944. Seu objetivo era sondar o vilarejo e trazer informações tais como: o local onde vivia o *mukhtar*, onde a mesquita ficava, onde as pessoas ricas residiam e quem fora ativo na revolta de 1936. Essa não era uma missão perigosa, pois os infiltrados sabiam que podiam explorar o tradicional código de hospitalidade árabe, até mesmo chegaram a ser hóspedes no lar do próprio *mukhtar*. Ao não conseguirem coletar em um dia todos os dados que buscavam, pediram para ser convidados de volta. Para a segunda visita, foram instruídos a obter informações sobre a fertilidade da terra, cuja pujança parece tê-los impressionado grandemente. Em 1948, Umm al-Zinat foi destruído e todos os seus habitantes, expulsos, sem nenhuma provocação de qualquer tipo de sua parte.³³

A última atualização dos arquivos dos vilarejos ocorreu em 1947. Concentrava-se na criação de listas dos “procurados” de cada vilarejo. Em 1948, as tropas judias usaram essas listas para as operações de busca e apreensão que realizavam assim que ocupavam um vilarejo. Isto é, os homens no vilarejo seriam perfilados, e aqueles que apareciam nas listas eram identificados, muitas vezes pela própria pessoa que previamente informara sobre eles, mas que agora usava um saco de pano na cabeça, com dois buracos para os olhos, para não ser reconhecida. Amiúde, esses homens assinalados eram executados na hora. O critério para inclusão nessas listas era o envolvimento com o movimento nacional palestino, ter laços próximos com o líder do movimento, o *mufti* al-Hajj Amin al-Hussayni e, como mencionado,

ter participado de ações contra os ingleses e os sionistas.³⁴ Outras razões para ser incluído na lista abrangiam uma variedade de alegações, tais como: “é sabido que viajou ao Líbano” ou “detido pelas autoridades britânicas por ser membro de um comitê nacional no vilarejo”.³⁵

A primeira categoria – o envolvimento com o movimento nacional palestino – fora definida de maneira muito tolerante; podia incluir vilarejos inteiros. Já a afiliação ao *mufti* ou ao partido político que ele liderava era muito comum. Afinal, seu partido dominara a política local palestina desde que o Mandato britânico se estabeleceu oficialmente, em 1923. Os membros do partido voltavam-se para a vitória nas eleições nacional e municipais, para deter cargos proeminentes no Alto Comitê Árabe, que se tornara o governo embrionário dos palestinos. Aos olhos dos especialistas sionistas, isso constituía um crime. Ao olharmos os arquivos de 1947, descobrimos que vilarejos com cerca de 1.500 habitantes geralmente tinham entre 20 e 30 suspeitos de tal crime (por exemplo, ao redor da face sul do Monte Carmel, ao sul de Haifa, Umm al-Zinat tinha 30 suspeitos, e o vilarejo vizinho de Damun, 25).³⁶

Yigael Yadin recorda-se de que foi esse conhecimento minucioso e detalhado do que acontecia em cada vilarejo palestino que permitiu ao comando militar sionista concluir, em novembro de 1947, “que os árabes palestinos não têm ninguém para organizá-los devidamente”. O único problema sério eram os ingleses: “Se não fosse pelos ingleses, poderíamos ter desbaratado a rebelião árabe [a oposição à Resolução de Partilha da ONU em 1947] em um mês.”³⁷

ENCARANDO OS INGLESES: 1945-1947

Além de cuidadosamente mapear a região rural da Palestina, em preparação para a futura tomada do país, o movimento sionista agora já tinha chegado a uma noção muito mais clara de como fazer o novo estado deslançar após a Segunda Guerra Mundial. Um fator crucial nisso foi que os ingleses já haviam destruído a direção palestina e sua capacidade de defesa quando suprimiram a revolta de 1936, concedendo assim bastante tempo e espaço à liderança sionista para encetar seus próximos movimentos. Uma vez removido o perigo de uma invasão nazista na Palestina em 1942, os dirigentes sionistas tornaram-se mais intensamente conscientes de que o único obstáculo impedindo seu caminho para uma tomada vitoriosa da terra era a presença britânica, não alguma resistência palestina. Isso explica porque, por exemplo, em uma reunião no Hotel Biltmore em Nova York em

1942, nós podemos ver Ben-Gurion colocando sobre a mesa exigências de uma *Commonwealth* judia no conjunto da Palestina do Mandato.³⁸

Conforme a Segunda Guerra Mundial chegava a uma conclusão, a direção judia na Palestina embarcou em uma campanha para empurrar os ingleses para fora do país. Concomitantemente, eles continuaram a projetar seus planos para a população palestina, uma maioria de 75% do país. As figuras proeminentes sionistas não veiculavam suas opiniões em público, confiando seus pensamentos apenas a seus companheiros mais próximos, ou às páginas de seus diários. Um deles, Yossef Weitz, escreveu em 1940: “É nosso direito transferir os árabes” e “Os árabes devem ir-se!”.³⁹ O próprio Ben-Gurion, escrevendo em 1937 ao filho, parecia convencido de que esse era o único caminho aberto ao sionismo: “Os árabes terão de ir, mas para fazê-lo acontecer, é necessário um momento oportuno, como uma guerra.”

⁴⁰ O momento oportuno veio em 1948. Ben-Gurion é de muitas formas o fundador do Estado de Israel, e logo seu primeiro primeiro-ministro. Também foi o mentor da limpeza étnica da Palestina.

DAVID BEN-GURION: O ARQUITETO

David Ben-Gurion dirigiu o movimento sionista desde meados dos anos 1920 até bem adentro dos anos 1960. Nascido David Gruen em 1886 em Plonsk, na Polônia (então parte da Rússia czarista), viera à Palestina em 1906, já como um fervoroso sionista. De estatura baixa, com um grande chumaço de cabelo branco penteado para trás, e invariavelmente trajado em uniforme cáqui, sua figura é agora familiar a muitos ao redor do mundo. Quando as operações de limpeza étnica começaram, ele agregou uma pistola a sua composição militar e uma *kufiyya* em seu pescoço, imitando a maneira de vestir de suas unidades de elite. Aproximava-se então dos 60 anos de idade e, embora sofresse de severas dores nas costas, foi o líder altamente enérgico e laborioso do sionismo.

O papel central que tinha na decisão do destino dos palestinos provinha do controle completo exercido por ele sobre todas as questões de segurança e defesa na comunidade judaica na Palestina. Elevara-se ao poder como um líder sindicalista, mas logo se ocupou com a engenharia do estado judeu em criação. Quando os ingleses ofereceram à comunidade judaica um estado em 1937, porém sobre uma porção da Palestina muito menor do que tinham em mente, Ben-Gurion aceitou a proposta como um bom começo, mas almejava uma soberania judaica sobre o máximo possível da Palestina. Ele então induziu a direção sionista a aceitar tanto sua autoridade suprema quanto a noção

fundamental de que um futuro estado judeu significava a dominação judaica absoluta. Como atingir um tal estado puramente judeu foi também discutido, sob sua direção, por volta do ano de 1937. Duas palavras mágicas agora vinham à tona: força e oportunidade. O estado judeu poderia ser ganho apenas pela força, mas deveria se esperar a chegada de um momento histórico oportuno para ser capaz de lidar “militarmente” com a realidade demográfica no terreno: a presença de uma maioria de população nativa não judia.

O foco de Ben-Gurion em processos de longo prazo e em soluções completas era atípico em relação à maioria de seus colegas na direção sionista. Eles ainda esperavam que, pela compra de um pedaço de terra aqui e algumas casas ali, seriam capazes de estabelecer a desejada nova realidade. Ben-Gurion entendeu bem cedo que isso nunca seria o suficiente – e claro que ele estava certo: no fim do Mandato, como vimos, o movimento sionista apenas conseguira adquirir por volta de 6% da terra.⁴¹

Mas mesmo os dirigentes sionistas mais cautelosos, como o segundo em comando sob Ben-Gurion, Moshe Sharett, o “ministro do Exterior” da comunidade judaica na Palestina do Mandato, associavam o assentamento de judeus na Palestina com o despovoamento dos nativos palestinos. Por exemplo, em 13 de dezembro de 1938, durante uma palestra para funcionários de organizações sionistas em Jerusalém, Sharett podia relatar-lhes uma conquista particularmente satisfatória: a compra de 250 dunams no Vale Baysan no leste palestino (um dunam equivale a 1.000m² ou 0,10 hectare). Ele agregou um detalhe revelador:

Essa compra, de forma interessante, foi acompanhada da transferência da população [inseguro sobre a familiaridade da audiência com o termo, ele o repetiu em inglês]. Há uma tribo que reside a oeste do Rio Jordão, e a compra inclui pagar à tribo para se mover a leste do rio; com este [ato], nós reduziremos o número de árabes [na Palestina].⁴²

Em 1942, como vimos acima, Ben-Gurion já estava mirando muito mais alto quando assumiu publicamente a reivindicação sionista sobre o total da Palestina. Assim como nos dias da Declaração Balfour, a direção sionista entendeu que a promessa significava o país como um todo. Mas ele era um colonialista pragmático, tanto quanto um artífice de estados. Ele sabia que esquemas maximalistas tais como o programa Biltmore, que clamava pelo conjunto da Palestina do Mandato, não seriam tidos como realistas. Era também, obviamente, impossível pressionar a Inglaterra enquanto esta encarregava-se da Europa contra a Alemanha nazista. Consequentemente,

ele minimizou suas ambições durante a Segunda Guerra Mundial. Mas o governo trabalhista inglês do pós-guerra, sob Clement Attlee, tinha planos diferentes para a Palestina. Agora que os judeus da Europa não enfrentavam mais o perigo de aniquilação, e a maioria deles preferia ir a outro lado do Atlântico a dirigir-se ao Oriente Médio, o novo governo britânico e seu enérgico secretário do Exterior, Ernest Bevin, buscavam uma solução que se embasasse nos desejos e interesses das pessoas que de fato habitavam a Palestina, não daquelas que os dirigentes sionistas alegavam querer mudar-se para lá – em outras palavras, uma solução democrática.

Os ataques armados, sobretudo os terroristas, pelas milícias sionistas clandestinas não conseguiram mudar tal política. Contra as bombas em pontes, em bases militares e no quartel-general inglês em Jerusalém (o Hotel King David), os ingleses reagiram moderadamente – especialmente se comparado ao brutal tratamento a que submeteram os rebeldes palestinos dos anos 1930. A represália tomou a forma de uma campanha de desarmamento das tropas judias, as quais uma grande parte eles próprios haviam armado e treinado, primeiro na guerra contra a revolta palestina em 1937, depois contra as potências do Eixo em 1939. O desarmamento foi muito parcial, mas as detenções, relativamente numerosas – o suficiente para os dirigentes sionistas perceberem que necessitavam seguir uma linha mais flexível, enquanto os ingleses ainda fossem os responsáveis pela lei e ordem naquela terra. Como já vimos, no imediato desenlace da Segunda Guerra Mundial, os ingleses tinham uma quantidade desproporcionalmente grande de tropas – 100 mil – em um país de menos de 2 milhões de habitantes. Isso definitivamente serviu de desestímulo, mesmo quando, na esteira do ataque terrorista judeu ao Hotel King David, essa força foi algo reduzida. Foram essas considerações que dispuseram Ben-Gurion a concluir que um estado algo “menor”, sobre 80% da Palestina, seria suficiente para permitir ao movimento sionista a realização de seus sonhos e ambições.⁴³

Nos últimos dias de agosto de 1946, Ben-Gurion reuniu a direção do movimento sionista em um hotel em Paris, o Royal Monnaie, para ajudá-lo a encontrar uma alternativa ao Plano Biltmore, que almejava tomar toda a Palestina. Uma “nova velha” ideia do movimento sionista ressurgiu: a partilha da Palestina. “Dê-nos independência, mesmo em uma parte pequena da terra”, pleiteava Nachum Goldman junto ao governo inglês em Londres, enquanto seus colegas em Paris deliberavam sobre o próximo passo. Goldman era o mais “pombo” da direção sionista, e seu chamado por uma “pequena parte” não refletia a ambição de Ben-Gurion: ele aceitava o princípio, mas não as dimensões. “Nós exigiremos uma gorda fatia da Palestina”, disse Ben-Gurion

àqueles que ele convocara na capital francesa. Tal como as gerações de governantes israelenses depois dele até Ariel Sharon em 2005, Ben-Gurion descobriu que precisava conter os membros sionistas mais extremistas, dizendo-lhes que de 80 a 90% da Palestina do Mandato era o suficiente para criar um estado viável, desde que pudessem garantir a predominância judaica. Nem o conceito nem o percentual mudariam nos próximos 60 anos. Alguns meses mais tarde, a Agência Judaica traduziu a expressão “gorda fatia” de Ben-Gurion em um mapa que distribuiu a todos os que fossem relevantes para o futuro da Palestina. Esse mapa de 1947 visualizava um estado judeu que antecipava quase até o último detalhe Israel pré-1967, ou seja, a Palestina sem a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.⁴⁴

Durante todas essas deliberações, os líderes sionistas nunca discutiram a possibilidade de qualquer resistência por parte da população local: sua preocupação principal era com os ingleses e, talvez, com a reação internacional. Não por acaso. A direção sionista estava bem ciente do colapso total da direção palestina após a Segunda Guerra Mundial e da posição hesitante que todos os estados árabes demonstravam sobre a questão palestina. A situação desesperada da população nativa da Palestina fica dolorosamente clara assim que nos damos conta de que aqueles que esmagaram seu movimento de libertação, as autoridades do Mandato britânico, eram agora os únicos que sobram entre eles e um movimento sionista friamente determinado, altamente motivado, que cobiçava a maior parte de sua terra natal. Mas o pior estava por vir, uma vez que a Europa se preparava para compensar o povo judeu pelo Holocausto que assolara aquelas terras com um estado na Palestina, ignorando que isso só poderia vir às custas dos palestinos nativos.

Dado o vácuo de poder no lado palestino, não causa surpresa que os tomadores de decisão sionistas agiram como se os palestinos não fossem um fator a considerar. Mas, é claro, eles ainda formavam a vasta maioria naquela terra, e, como tal, eram um “problema”. Mais ainda: no mínimo como uma possibilidade, o mundo árabe poderia vir em seu auxílio e enviar exércitos e fornecimento de armas. David Ben-Gurion estava plenamente atento a esse possível cenário, portanto, ocupou-se e aos seus associados mais próximos com a questão da segurança, *bitachon* em hebraico. Isso virou uma obsessão que Ben-Gurion nutriu de forma tão cuidadosa, tão exitosa que chegou a ofuscar todas as outras questões sociais e políticas em pauta na comunidade judaica na Palestina e, mais tarde, obviamente em Israel.⁴⁵

Bitachon era então, e permanece até o momento atual, um metatermo usado por dirigentes sionistas e, mais tarde, israelenses, para cobrir uma vasta gama de questões e justificar muitas linhas políticas essenciais, da

compra de armas no estrangeiro, luta interna com outros partidos políticos, preparações para o futuro estado, até a política assumida contra a população local palestina. Essa última foi retaliativa na essência e no discurso, mas muito frequentemente provocativa na ação. De 1946 em diante, surgiu um conjunto mais abrangente de objetivos estratégicos, direcionado para a realização das perspectivas e dos planos. David Ben-Gurion desempenhou um papel crucial na configuração da mentalidade de *bitachon* de Israel, porque introduzira mudanças estruturais no mecanismo de tomada de decisão dos sionistas, colocando-se no cume daquilo que antes era uma pirâmide um tanto ineficaz e desengonçada. Quando o 22º Congresso Sionista de 1946 confiou a Ben-Gurion a pasta da Defesa, ele passou a ter controle absoluto sobre todas as questões de segurança da comunidade judaica na Palestina.⁴⁶

Embora ainda sem estado, Ben-Gurion já funcionava como um ministro da Defesa e uma espécie de primeiro-ministro (dada sua autoridade para passar resoluções dentro de um governo). Em muitos aspectos, ele delegava as responsabilidades, com muitos assuntos em pauta da comunidade judaica sendo discutidos democraticamente dentro das instituições que representavam a composição dos grupos políticos principais dos judeus na Palestina. Mas conforme chegava o momento em que se precisaria tomar decisões cruciais quanto ao destino dos palestinos, Ben-Gurion começou a ignorar a estrutura oficial e passou a se apoiar nas formações mais clandestinas.

O tópico primordial na agenda sionista em 1946 e 1947, a luta contra os ingleses, se resolveu pela própria decisão britânica de fevereiro de 1947: deixar a Palestina e transferir a questão palestina para a ONU. De fato, os ingleses tinham poucas opções: após o Holocausto, eles jamais poderiam lidar com a crescente rebelião judia como fizeram com a árabe nos anos 1930 e, já que o Partido Trabalhista se decidira a deixar a Índia, a Palestina também perdeu muito de sua atração. Um inverno particularmente rigoroso em 1947 trouxe a mensagem a Londres de que o Império estava em rota de se tornar uma potência de segunda ordem, com sua influência global acabrunhada pelas duas novas superpotências e sua economia debilitada por um sistema capitalista que levava a libra esterlina a uma queda abrupta. Ao invés de agarrar-se a locais remotos, como a Palestina, o Partido Trabalhista enxergou como sua prioridade a construção de um Estado de bem-estar social em casa. Ao fim, a Inglaterra saiu com pressa e sem remorsos.⁴⁷

Ben-Gurion já havia percebido em fins de 1946 que os ingleses estavam para sair, e com seus auxiliares começou a trabalhar em uma estratégia geral que pudesse ser implantada contra a população palestina assim que os ingleses partissem. Essa estratégia virou o Plano C, ou *gimel* em hebraico.

O Plano C era uma versão revisada de dois planos prévios, o A e o B. O Plano A era também chamado “Plano Elimelech”, em referência a Elimelech Avnir, o comandante da Haganá em Tel-Aviv que, em 1937, a pedido de Ben-Gurion, já havia traçado algumas possíveis diretrizes para a tomada da Palestina na ocasião de uma retirada dos ingleses. O Plano B foi delimitado em 1946; ambos estavam agora integrados para formar o Plano C.

Como os planos A e B, o Plano C almejava preparar as forças militares da comunidade judaica na Palestina para as campanhas ofensivas em que eles se engajariam contra as regiões rural e urbana da Palestina assim que os ingleses saíssem. O propósito de tais ações seria “desencorajar” a população palestina quanto a ataques a assentamentos judeus e retaliar assaltos em casas, estradas e trânsito judeus. O Plano C pronunciava claramente o que as ações punitivas desse tipo deveriam incluir:

- Matar a direção política palestina.
- Matar agitadores palestinos e seus financiadores.
- Matar palestinos que agiram contra judeus.
- Matar oficiais graduados palestinos e funcionários graduados palestinos [do sistema do Mandato].
- Danificar transportes palestinos.
- Danificar os recursos básicos dos meios de sustento palestinos: minas d’água, moinhos etc..
- Atacar vilarejos palestinos vizinhos inclinados a prover assistência a futuros ataques.
- Atacar clubes, cafés e salas de reuniões etc. dos palestinos.

O Plano C agregava que todos os dados necessários para o desempenho dessas ações poderiam ser encontrados nos arquivos dos vilarejos: listas dos dirigentes, ativistas, “alvos humanos potenciais”, o mapa preciso dos vilarejos e assim por diante.⁴⁸

Contudo, em alguns meses, outro plano foi feito: o Plano D (*Dalet*).⁴⁹ Foi esse plano que selou o destino dos palestinos dentro do território no qual os líderes sionistas botaram os olhos para seu futuro estado judeu. Indiferente aos palestinos poderem decidir colaborar com o estado judeu ou opor-se a ele, o Plano Dalet clamava pela sua total e sistemática expulsão da terra natal.

Partilha e destruição: a Resolução 181 da ONU e seu impacto

O elemento mais brutal do conflito na antiga Iugoslávia foi a “limpeza étnica” projetada para tirar à força os grupos minoritários das áreas ocupadas por uma maioria outra.

Antes disso, diversos povos viveram juntos nas mesmas aldeias e não havia divisão em grupos étnicos, não havia limpeza étnica. Assim, as causas dessa situação foram claramente políticas.

Relatório de conclusões do Comitê da ONU sobre a Eliminação de Discriminação Racial, 6 de março de 1995, no item sobre a antiga Iugoslávia

A POPULAÇÃO DA PALESTINA

Quando o movimento sionista começou suas operações de limpeza étnica na Palestina, no início de dezembro de 1947, o país tinha uma população “mista” de palestinos e judeus. Os palestinos nativos perfaziam uma maioria de dois terços, de um patamar anterior de 90% no começo do Mandato britânico. Um terço eram os judeus recém-chegados, i.e., refugiados e colonos sionistas saídos de uma Europa dilacerada pela guerra, a maioria dos quais chegava à Palestina desde a década de 1920.¹ Já em fins do século XIX, os palestinos nativos buscavam o direito de autodeterminação, de início dentro de uma identidade pan-árabe, mas, logo após a Primeira Guerra Mundial, por meio do sistema do Mandato que prometia levar à independência os novos Estados-nação por ele criados no Oriente Médio, rumo a um futuro baseado nos princípios da democracia. Mas o estatuto do Mandato da Inglaterra para a Palestina também incorporava, no atacado, a Declaração Balfour de 1917 e, com ela, a promessa da Inglaterra para o movimento sionista de assegurar um “lar nacional” para judeus na Palestina.

Apesar das políticas pró-sionistas da Inglaterra e da presença de uma crescente minoria judaica, a Palestina ainda era um país bem árabe ao fim do Mandato. Quase toda a terra cultivada era de propriedade dos nativos – apenas 5,8% estavam em posse de judeus em 1947 –, o que torna um tanto enganoso o qualificativo “misto”, para dizer o mínimo. Embora os líderes sionistas, desde que o movimento fincou pé na Palestina, tentassem persuadir os imigrantes judeus a se fixarem no campo, eles fracassaram: os judeus recém-chegados preferiam majoritariamente as cidades grandes ou as pequenas. Como resultado, a maioria das colônias de povoamento sionista nas áreas rurais ficava muito distante uma da outra; em algumas regiões, como a Galileia no norte e o Naqab (Negev) no sul, elas eram, na prática, isoladas ilhas cercadas pelo campo palestino.

Esse isolamento significava que tais colônias foram construídas mais como guarnições militares do que como aldeias: o que inspirava sua disposição e concepção era mais as considerações de segurança do que a habitação humana. Sua clausura introvertida formava um contraste bizarro com os espaços abertos das aldeias tradicionais palestinas, com suas casas de pedra natural e suas vias acessíveis, desimpedidas, até os campos vizinhos e os olivais ao redor.

Que tão poucos judeus se fixassem no campo palestino mostrou-se um sério problema àqueles que desejavam embasar no princípio da partilha a solução para aquele conflito crescente entre as duas comunidades. Por um lado, a lógica e o bom senso ditavam que o campo como um todo – mais de três quartos do território – deveria manter-se palestino. Os vilarejos, por outro lado, eram quase igualmente povoados. A questão era: como projetar duas entidades, a palestina e a judaica, com população homogênea com essa realidade ao rés do chão? Dividir a Palestina era originalmente uma solução inglesa, mas se tornou a peça central da política sionista a partir de 1937. Antes disso, os ingleses colocaram diversas opções, notadamente a criação de um estado binacional, que os judeus rejeitaram, e uma Palestina com cantões (seguindo o modelo suíço), que ambos os lados se recusaram a considerar. Ao final, Londres desistiu de tentar encontrar uma solução para o conflito que avultava e, em fevereiro de 1947, transferiu a questão da Palestina para as Nações Unidas. Favorecida pela direção sionista, e agora apoiada pela Inglaterra, “partilha” passou a ser o nome do jogo. Os interesses dos palestinos estavam prestes a ser totalmente extirpados do processo.

O PLANO DE PARTILHA DA ONU

Uma ONU inexperiente, de apenas dois anos de idade em 1947, confiou a questão do destino da Palestina às mãos de um Comitê Especial para a Palestina, UNSCOP (*United Nations Special Committee for Palestine*), do qual nenhum dos membros tinha qualquer experiência prévia em solução de conflitos ou conhecimento suficiente a respeito da história da Palestina.

Também o UNSCOP decidiu patrocinar o princípio da partilha como um fio condutor para uma futura solução. É verdade, por um momento, seus membros deliberaram sobre a possibilidade de fazer do todo da Palestina um único estado democrático – cujo futuro seria então decidido pelo voto majoritário da população –, mas acabaram abandonando a ideia. Ao invés disso, o UNSCOP recomendou à Assembleia Geral da ONU a partilha da Palestina em dois estados, unidos em uma espécie de federação por meio da unidade econômica. Recomendou, além disso, que a cidade de Jerusalém fosse estabelecida em *corpus separatum*, sob um regime administrativo internacional da ONU. O relatório produzido pelo UNSCOP, afinal, contemplava que os dois futuros estados seriam idênticos, exceto em sua correlação demográfica interna, portanto, sublinhava a necessidade de que ambas as entidades aderissem a preceitos democráticos liberais. Em 29 de novembro de 1947, isso virou a Resolução 181 da Assembleia Geral.²

Está claro que, ao aceitar a Resolução de Partilha, a ONU ignorou totalmente a composição étnica da população do país. Tivesse desejado fazer corresponder o território em que os judeus se estabeleceriam na Palestina com a extensão de seu futuro estado, a ONU designar-lhes-ia não mais do que 10% da terra. Mas a ONU aceitou as reivindicações nacionalistas do movimento sionista sobre a Palestina e, mais ainda, buscou compensar os judeus pelo Holocausto nazista na Europa.

Consequentemente, ao movimento sionista foi “dado” um estado que se estendia por mais da metade do país. Que os membros do UNSCOP tenham guinado para o ponto de vista sionista deve-se também ao fato de que a direção palestina opusera-se desde 1918 à partilha de sua terra. Em toda a sua história, essa direção, composta principalmente por notáveis das cidades, fracassou com bastante frequência na tarefa de representar verdadeiramente a população nativa da Palestina; no entanto, desta vez eles acertaram, fornecendo assim apoio total ao ressentimento popular no seio da sociedade palestina, contra a ideia de “compartilhar” sua terra natal com povoadores europeus que vieram para colonizá-la.

A Liga Árabe, organização regional dos árabes, e o Alto Comitê Árabe (o governo embrionário palestino) decidiram boicotar as negociações com o UNSCOP antes da resolução da ONU, deixando de tomar parte nas deliberações sobre a melhor forma de implantá-la depois de novembro de 1947. Nesse vácuo, a direção sionista adentrou com tranquilidade e confiança, armando rapidamente um diálogo bilateral com a ONU sobre como desenvolver um esquema para o futuro da Palestina. Como veremos, esse é um padrão recorrente na história das negociações pela paz na Palestina, especialmente depois que os americanos passaram a se envolver em 1967: até os dias atuais, “levar a paz para a Palestina” sempre significou seguir um conceito trabalhado exclusivamente entre EUA e Israel, sem nenhuma consulta séria aos palestinos, nenhuma consideração por eles.

O movimento sionista dominou tão rapidamente o jogo diplomático em 1947 que a direção da comunidade judaica se sentiu confiante o bastante para exigir que o UNSCOP destinasse a eles um estado que englobasse 80% da terra. Os emissários sionistas das negociações com a ONU apareceram com um mapa com o estado desejado, que incorporava toda a terra que Israel ocuparia um ano depois, isto é, a Palestina do Mandato sem a Cisjordânia. Porém, a maioria dos membros do UNSCOP achou que isso era um pouco demasiado, convencendo os judeus a se satisfazerem com 56% da terra. Além disso, os países católicos persuadiram a ONU a fazer de Jerusalém uma cidade internacional, dada a sua importância religiosa, portanto, o UNSCOP rejeitou a reivindicação sionista da cidade sagrada como parte do futuro estado judeu.³

A partilha do país – majoritariamente palestino – em duas partes iguais mostrou-se tão desastrosa exatamente porque foi executada contra a vontade da população nativa, majoritária. Ao divulgar sua intenção de criar duas entidades políticas iguais na Palestina, uma árabe e outra judia, a ONU violou os direitos básicos dos palestinos, ignorando completamente a preocupação com os palestinos no mundo árabe de conjunto, precisamente no auge da luta anticolonial do Oriente Médio.

Bem pior foi o impacto dessa decisão no próprio país e seu povo. Ao invés de acalmar o clima, como era a intenção, a resolução apenas agravou as tensões, levando diretamente o país a descambar para uma das fases mais violentas de sua história. Já em fevereiro de 1947, quando os ingleses anunciaram sua decisão de deixar a Palestina, as duas comunidades pareciam mais perto do que nunca de um enfrentamento total. Embora nenhuma explosão de violência significativa tivesse ocorrido até que a ONU aprovasse sua Resolução de Partilha em 29 de novembro de 1947, o nervosismo

estava particularmente exacerbado nas cidades mistas. Enquanto era incerto o rumo que a ONU tomaria, a vida seguia mais ou menos normal, mas assim que os dados foram lançados, e as pessoas entenderam que a ONU votaria maciçamente a favor de dividir a Palestina, lei e ordem entraram em colapso e baixou a sensação agourenta do confronto final que a partilha prenunciava. O caos que se seguiu gerou a primeira guerra árabe-israelense: a limpeza étnica dos palestinos tinha começado.

A POSIÇÃO ÁRABE E A PALESTINA

Como expliquei acima, a direção palestina desde o começo decidiu boicotar os trabalhos da ONU. Essa decisão frequentemente aparece na propaganda israelense como prova de que os próprios palestinos – e não Israel – deveriam ser responsabilizados pelo destino que os atingiu em 1948. A historiografia palestina defendeu-se com sucesso de tais acusações, ao expor o grau de injustiça e ilegalidade dos procedimentos escolhidos pela ONU e ao explorar a *raison d'être* * da criação do UNSCOP. Antes de prosseguir, quero resumir esses argumentos, examinando-os em detalhe.

Ao optar pela partilha como seu objetivo primordial, a ONU ignorou a objeção principista básica expressa pelos palestinos, com a qual os mediadores já estavam familiarizados desde que a Inglaterra emitiu a Declaração Balfour, 30 anos antes. Walid Khalidi articulou a posição palestina como segue: “O povo nativo da Palestina, assim como o povo nativo de todos os outros países no mundo árabe, na Ásia, África, América e Europa, recusava-se a dividir a terra com uma comunidade de colonizadores.”⁴

Algumas semanas depois de começados os trabalhos do UNSCOP, os palestinos perceberam que as cartas se acumulavam contra eles: o resultado final desse processo seria uma resolução da ONU admitindo a partilha do país entre palestinos, como população nativa, e uma colônia de povoadores recém-chegados, muitos dos quais desembarcados há muito pouco tempo. Quando a Resolução 181 foi aprovada em novembro de 1947, o pior de seus pesadelos começou a se desenrolar diante de seus olhos: nove meses após os ingleses anunciarem sua decisão de partir, os palestinos estavam à mercê de uma organização internacional que parecia disposta a ignorar todas as regras de mediação internacional endossadas por sua própria Carta e a declarar uma solução que, aos olhos palestinos, era

* Razão de ser. (N.E.)

não só ilegal, como também imoral. Vários dirigentes palestinos à época reivindicaram que a legalidade fosse testada no Tribunal Internacional de Justiça (fundado em 1946), mas isso nunca chegou a ocorrer.⁵ Não é necessário ser um grande jurista ou um exímio conhecedor da lei para predizer como decidiria o tribunal internacional ao ajuizar sobre a tentativa de obrigar um país a uma solução à qual se opunha veementemente a maioria dos habitantes daquele país.

A injustiça parecia tão chocante à época como agora; não obstante, mal foi comentada então nos principais jornais ocidentais que cobriam o tema da Palestina: aos judeus, que detinham menos de 6% da área total da Palestina e constituíam não mais que um terço da população, estava sendo dado mais do que a metade do território total. Dentro das fronteiras do estado proposto pela ONU, eles eram proprietários de apenas 11% da terra e perfaziam a minoria de todos os distritos administrativos. No Negev – tido como uma terra árida, mas que, ainda assim, tinha uma considerável população rural e beduína e constituía uma grande porção do estado judeu –, eles compunham apenas 1% da população total.

Logo surgiram outros aspectos que minavam a credibilidade legal e moral da resolução. A Resolução da Partilha incorporava a maioria das terras férteis ao estado judeu proposto, bem como quase todos os espaços urbanos e rurais dos judeus na Palestina. Mas também incluía 400 (de mais de mil) vilarejos palestinos no lado do estado judeu designado. Em apologia retrospectiva, poderia ser argumentado em defesa do UNSCOP que a Resolução 181 estava baseada na premissa de que as duas novas entidades políticas coexistiriam pacificamente e, portanto, nenhuma atenção especial deveria ser dada ao equilíbrio geográfico e demográfico. Se fosse esse o caso, como alguns membros do UNSCOP argumentariam depois, então eles seriam culpados de ler o sionismo de forma totalmente errada, subestimando enormemente suas ambições. Mais uma vez nas palavras de Walid Khalidi: a Resolução 181 foi “um ato apressado de conceder metade da Palestina a um movimento ideológico que declarava abertamente, já nos anos 1930, seu desejo de desarabizar a Palestina”⁶. Portanto, o aspecto mais imoral da Resolução 181 é que não se incluía nenhum mecanismo para impedir a limpeza étnica da Palestina.

Vejamus mais de perto o mapa final que a ONU propôs em novembro de 1947 (*mapa 5*). A Palestina seria dividida em três partes. Em 42% da terra, 818 mil palestinos teriam um estado que incluiria 10 mil judeus, ao passo que o estado para os judeus se estenderia por 56% da terra que 499 mil judeus compartilhariam com 438 mil palestinos. A terceira

parte seria um pequeno enclave em torno de Jerusalém, que teria um governo internacional, cuja população de 200 mil dividia-se igualmente em palestinos e judeus.⁷

O equilíbrio demográfico quase perfeito dentro do estado judaico designado era tal que, se o mapa tivesse sido aplicado, teria criado um pesadelo político para a direção sionista; o sionismo jamais atingiria quaisquer dos seus objetivos principais. Como colocou Simcha Flapan, um dos primeiros judeus israelenses a desafiar a versão convencional do sionismo sobre os acontecimentos de 1948, se os árabes ou os palestinos tivessem decidido seguir a Resolução de Partilha, a direção sionista certamente rejeitaria o mapa que o UNSCOP lhes oferecia.⁸

De fato, o mapa da ONU era uma receita segura para a tragédia que começou a se desenrolar no dia em que a Resolução 181 foi aprovada. Como os teóricos da limpeza étnica reconheceram mais tarde, quando uma ideologia de exclusividade é empregada em uma realidade étnica altamente carregada, só pode haver um resultado: a limpeza étnica. Ao desenhar o mapa como fizeram, os membros da ONU que votaram a favor da Resolução de Partilha contribuíram diretamente para o crime que estava prestes a ocorrer.

A REAÇÃO JUDAICA

Em 1947, David Ben-Gurion presidia uma estrutura política de tomada de decisões que provavelmente constitui o único aspecto complexo da história relatada neste livro, mas isso é tratado com profundidade alhures⁹ e está além do escopo deste livro. Em resumo, ela permitiu-lhe determinar quase sozinho as principais políticas da comunidade judaica face ao mundo, os vizinhos árabes e os palestinos. Era Ben-Gurion quem agora conduziria seus associados a aceitarem e rejeitarem, ao mesmo tempo, a Resolução de Partilha da ONU de novembro de 1947.

A rejeição categórica do esquema pelos governos árabes e pela direção palestina indubitavelmente tornou mais fácil para Ben-Gurion a convicção de que poderia tanto aceitar o plano quanto trabalhar contra ele. Já em outubro de 1947, antes que a resolução fosse aprovada, Ben-Gurion esclareceu seus amigos na direção que, se o mapa do plano de partilha não fosse satisfatório, o estado judeu não seria obrigado a aceitá-lo.¹⁰

Está claro, portanto, que a rejeição ou a aceitação do plano pelos palestinos não mudaria a avaliação de Ben-Gurion sobre as deficiências do plano no que lhe competia. Para ele e seus amigos do topo da hierarquia

sionista, um estado judeu válido significava um estado que se estendesse sobre a maioria da Palestina e permitisse a inclusão de não mais do que um número minúsculo de palestinos, se muito.¹¹ Tampouco a reivindicação presente na resolução quanto a Jerusalém, para torná-la uma cidade internacional, perturbou Ben-Gurion. Ele estava determinado a fazer da cidade inteira sua capital judia. Que afinal ele tenha falhado nisso foi apenas devido a dificuldades e desacordos que surgiram nas negociações entre a Jordânia e os judeus sobre o futuro do país e da cidade, sobre as quais se fala mais adiante.

Por mais descontente que estivesse com o mapa da ONU, Ben-Gurion percebeu que, sob aquelas circunstâncias – a rejeição total do mapa pelo mundo árabe e pelos palestinos –, a delimitação das fronteiras finais continuaria uma questão aberta. O que importava era o reconhecimento internacional do direito dos judeus a ter um estado para si na Palestina. Um oficial inglês encarregado de observar os acontecimentos em Jerusalém escreveu a seu governo que a aceitação da Resolução de Partilha por parte do sionismo era um ato seletivo: os sionistas regozijavam-se a respeito do reconhecimento internacional do estado judeu, mas a seguir argumentavam que a ONU oferecera “condições não sionistas para sua manutenção”.¹²

A esperada rejeição do plano pelos árabes e pelos palestinos¹³ permitiu que Ben-Gurion e a direção sionista reivindicassem que o plano da ONU era letra morta no mesmo dia em que foi aceito – exceto, é claro, as cláusulas que reconheciam a legalidade do estado judeu na Palestina. Suas fronteiras, dada a rejeição árabe e palestina – dizia Ben-Gurion –, “serão determinadas pela força, não pela Resolução de Partilha”.¹⁴ Assim como o destino dos árabes que ali viviam.

A CONSULTORIA COMEÇA SEU TRABALHO

Surge agora uma fórmula. Quanto menos importante o organismo diante do qual Ben-Gurion se apresentava, mais apoio manifestava à Resolução de Partilha; quanto mais significativo o fórum, mais rígido se mostrava na rejeição, cheio de menosprezo por ela. No organismo que o aconselhava sobre questões de segurança, o Comitê de Defesa, ele descartou a Resolução de Partilha logo de saída, e já em 7 de outubro de 1947 – antes da Resolução 181 da ONU sequer ser aprovada – vêmo-lo explicando ao círculo íntimo de seus colegas na Consultoria que, à luz da recusa dos árabes a cooperar com a ONU, não “havia nenhuma limitação territorial para o futuro estado judeu”.¹⁵

Em outubro e novembro de 1947, a Consultoria tornou-se o grupo de apoio mais importante para Ben-Gurion. Era só nesse meio que ele discutia abertamente quais seriam as implicações de sua decisão de desconsiderar o mapa de partilha e usar a força para garantir a maioria judaica e sua exclusividade no país. Para tais assuntos “delicados”, ele podia confiar apenas nessa camarilha altamente selecionada de políticos e militares.

Foi precisamente por entender que essas questões não podiam ser veiculadas em público que Ben-Gurion havia criado originalmente a Consultoria. Como explicamos antes, não era um agrupamento oficial, e não temos atas da maioria de suas reuniões.¹⁶ É questionável se alguma nota chegou a ser feita – à exceção de uma ou duas reuniões cruciais que de fato foram transcritas e às quais voltarei mais tarde. No entanto, Ben-Gurion registrou resumos de muitas das reuniões em seu diário, uma importante fonte histórica para aqueles anos. Ademais, alguns dos membros da Consultoria seriam entrevistados nos anos seguintes, e outros escreveram biografias e memórias. Nas páginas a seguir eu tomo minhas pistas do diário de Ben-Gurion, da correspondência arquivada e do arquivo privado de Israel Galili, que estava presente em todas as reuniões (todas as fontes estão incluídas no Arquivo de Ben-Gurion em Sdeh Boker). Adicionalmente, uma intensa correspondência rodeava essas reuniões, que pode ser encontrada em vários arquivos israelenses. Parte das reuniões ocorria na casa de Ben-Gurion em Tel-Aviv, parte na Casa Vermelha. Como em 10 de março de 1948, quando algumas reuniões eram convocadas às quartas-feiras na Casa Vermelha, dentro do encontro semanal oficial do Alto Comando, o *Matkal* (as partes formais dessas reuniões estão registradas nos arquivos das Forças de Defesa de Israel). Outras consultas, mais privadas, ocorreram na casa de Ben-Gurion, um dia após o encontro mais formal de quarta-feira. Essas reuniões recebiam referências cautelosas no diário de Ben-Gurion, mas podem ser reconstruídas com a ajuda de fontes como o diário de Yossef Weitz, o arquivo de Israel Galili e as cartas de Ben-Gurion a vários colegas, dos quais o mais notável era seu imediato no comando, Moshe Sharett (que estava no exterior na maior parte do tempo).¹⁷ Em 15 de maio de 1948, as reuniões mudaram-se para um novo local, a leste de Tel-Aviv, que se tornaria o quartel-general do Exército israelense.

A Consultoria era, como vimos, uma combinação de figuras da segurança e especialistas em “questões árabes” – uma fórmula que serviria como núcleo da maioria dos organismos aos quais foi confiado o aconselhamento dos futuros governos de Israel, ao longo dos anos, em assuntos de segurança de Estado, estratégias e planejamento de políticas

quanto ao mundo árabe em geral e aos palestinos em especial.¹⁸ Essa camarilha em torno de Ben-Gurion começou a se reunir regularmente em fevereiro de 1947, a partir do momento em que os ingleses decidiram deixar a Palestina, e mais frequentemente em outubro de 1947, quando transpareceu que os palestinos rejeitariam o Plano de Partilha da ONU. Assim que ficou clara a posição dos palestinos e a dos árabes em geral, os membros da Consultoria sabiam que estavam decidindo o futuro não apenas dos palestinos no estado judeu designado pela ONU, mas também dos palestinos que viviam na área concedida pela ONU ao estado árabe na Palestina, que seriam afetados pelas políticas elaboradas ali. No próximo capítulo veremos como o pensamento da Consultoria foi evoluindo até chegar a um plano final para destituir um milhão de palestinos, independentemente do lugar naquele país em que calhavam de viver.

A primeira reunião documentada da Consultoria é aquela de 18 de junho de 1947, durante o encontro regular de quarta-feira à tarde do Alto Comando. Ben-Gurion relatou a reunião tanto em seu diário quanto nas suas memórias publicadas. Ele disse aos presentes que a comunidade judaica teria de “defender não apenas os nossos assentamentos, mas o país como um todo, e o nosso futuro nacional”. Mais tarde, em um discurso proferido em 3 de dezembro de 1947, ele repetiria essa expressão, “nosso futuro nacional”, e a usaria como um código para a correlação demográfica no país.¹⁹